

CADERNO REIVINDICATIVO

QUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: SIPE apresenta 20 propostas

Introdução:

O SIPE considera que é através da Educação que se forma a sociedade e se ditam os destinos de um Povo, de um País. Consequentemente as políticas educativas revelam-se de extrema importância para a construção de uma sociedade livre, esclarecida e democrática assim como para o desenvolvimento económico e social de um País.

Neste sentido torna-se imprescindível o reforço de medidas que valorizem a Escola Pública garantindo sempre o princípio da universalidade, gratuidade e democratização no acesso à Educação. A garantia de acesso e sucesso Educativo para Todos, independentemente das condições socioeconómicas de cada um, só se concretiza através da Escola Pública pelo que compete ao Estado assumir as suas responsabilidades constitucionais nesta matéria.

Simultaneamente, a Escola de hoje exige profissionais de educação altamente especializados, capacitados e profissionalizados capazes de dar respostas aos inúmeros desafios que a sociedade impõe. Profissão desafiante e complexa o professor tem de estar munido de um conjunto de ferramentas e competências capazes de fazer frente aos múltiplos e complexos desafios de uma sociedade globalizada, tecnológica e em constante transformação.

Precisamos, pois, de uma escola musculada e de professores reforçados. No entanto Portugal está a deparar-se com o grave problema da falta de professores uma vez que:

- Mais de 10 000 professores abandonaram a profissão por falta de condições: precariedade, baixos salários, instabilidade. Precisamos de uma média de 3400 professores por ano.

- Como consequência das aposentações será necessário contratar até 2030/2031 34 mil profissionais de educação, mas os mestrados em ensino estão sem alunos e os cursos sem candidatos.

O risco que envolve o recrutamento de professores não qualificados para o ensino e para o futuro do país é demasiado alto e representa um retrocesso inaceitável no que foi conquistado pós abril. É do consenso geral (vejamos o caso da Finlândia) que a educação é primordial para a construção de um País melhor.

Face ao exposto o SIPE sob o lema:

QUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA – ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE apresenta um conjunto de medidas que, através da concretização de um diálogo democrático e interinstitucional permitem ultrapassar a falta de professores a curto e a médio prazo e preservar a ESCOLA PÚBLICA como o nosso maior bem.

QUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA - VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A atratividade da carreira, nomeadamente as condições de trabalho representam um papel fundamental para atrair novos candidatos e manter os atuais professores.

Neste sentido propomos:

- 1. Recuperação integral do tempo de serviço** – essencial para recuperar a dignidade docente e permitir uma aposentação com condigna.

A primeira tranche de recuperação do tempo de serviço deverá ser efetivada nos primeiros 60 dias de Governação. Aos docentes para os quais a recuperação total do tempo de serviço não é necessária para a progressão na carreira, deve ser atribuído esse tempo para efeitos de aposentação.

- 2. Abolição das vagas**

Propomos a abolição das vagas no ECD. Trata-se de uma medida economicista que em nada contribui para a melhoria do desempenho profissional docente. Em regime transitório sugerimos a abertura do número de vagas igual ao de docentes que reúnem os requisitos de progressão.

3. Melhores vencimentos que permitam acompanhar o aumento da inflação

4. Reaver a paridade salarial com a função pública

Existe paridade no topo da carreira entre os docentes e a função pública, desde 1986.

Recentemente e pela primeira vez em quase 40 anos os professores e educadores sofreram uma discriminação inaceitável pois não lhes foi aplicado o mesmo valor de topo, correspondente a 104 euros

5. Reduções pela idade reverterem para a componente individual de trabalho (Art.º 79 do ECD)

Embora a legislação contemple a redução da carga horária, por idade e tempo de serviço, as horas de redução são atualmente substituídas por componente não letiva de estabelecimento, na qual são desempenhadas funções tais como: apoio a grupos de alunos (por vezes mais de 10 e 15 alunos), substituições de aulas, coadjuvação em sala de aula, coordenação e desenvolvimento de projetos com alunos, ou seja, funções da componente letiva.

As reduções existem devido ao desgaste físico e emocional que caracteriza a profissão devendo, portanto, ser revertidas para a realização de formação e de trabalho individual.

6. Repor a Caixa Geral de Aposentações retirada ilegalmente

O SIPE teve conhecimento de notícias veiculadas sobre possíveis suspensões de ingerência por parte do Governo numa alteração legislativa que venha a limitar exponencialmente a manutenção dos direitos de reinscrição na CGA. O SIPE tem interposto ações individuais em todos os Tribunais Fiscais e Administrativos do País para fazer valer o direito, já reconhecido, pelos Tribunais e pela própria Caixa Geral de Aposentações.

Consideramos que é um tremendo desrespeito para com o Estado de Direito Democrático Governar um País ao arrepio do que vem sendo decidido

uniformemente pelos órgãos de Soberania (Tribunais), que são quem administram a JUSTIÇA em nome do povo.

7. Regime especial de aposentação

As características e os desafios únicos da profissão, nomeadamente o enorme desgaste físico e emocional a que os docentes estão sujeitos são causadores de um enorme stress emocional e desgaste.

8. Alteração ao regime de seleção e recrutamento de docentes

Graduação profissional em todos os momentos do concurso, terminar com a obrigatoriedade de concorrer a todo o País assim como a obrigatoriedade de os docentes de QZP serem obrigados a concorrer a todos os Quadros de Agrupamento desse QZP. Abertura das vagas atempadamente

9. Alteração ao regime especial de colocação por motivo de doença introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho.

O SIPE propõe a criação de um regime transitório de forma que os docentes, já este ano, possam ter acesso a um mecanismo mais justo de colocação por MpD sem prejuízo de, num futuro próximo, encetar um processo negocial.

Alertamos ainda para a possibilidade de muitos docentes reunirem os requisitos para a obtenção de um atestado multiusos, mas, infelizmente não o possuírem por atraso de realização das juntas médicas. Ora estes docentes não podem ser prejudicados!

Alertamos que Provedora de Justiça emitiu ao Governo a recomendação n.º 1/B/2023, a qual subscrevemos, ao Governo em 23 de março de 2023.

10. Atribuição de casa e subsídio de deslocação para professores deslocados.

Salientamos que existem zonas cujo custo de vida é muito alto tornando incomportável que um professor se desloque. O alojamento deverá ser garantido a todos os professores deslocados e suas famílias, se for caso disso, através de parcerias com as câmaras municipais ou de subsídios de residência como é o caso dos juízes. O subsídio de deslocação também terá de ser garantido quando um professor ficar colocado a mais 30 Km da sua área de residência.

11. Promover o respeito pelo professor, considerar a agressão ao professor crime público e o cumprimento da resolução n.º 612/XIV/1.ª.

A referida resolução resultou da petição debatida em plenário apresentada pelo SIPE a 24 de fevereiro de 2020, na qual solicitou que a agressão aos Educadores/Professores adquirisse o Estatuto de crime público e a respetiva isenção de custas judiciais.

Não é admissível violência na Escola nomeadamente contra qualquer agente educativo. Nem indisciplina. A valorização e o respeito pela profissão e figura do professor estão patentes nos Países mais evoluídos ao nível da educação.

Apelamos a que, por parte da tutela e consequentemente da sociedade a violência e a indisciplina tenham tolerância zero. É urgente o investimento em espaços de construção das dimensões de ética, respeito pelo outro e cidadania.

12. Terminar com a burocracia nas escolas.

Os docentes esgotam-se em tarefas burocráticas as quais implicam horas suplementares de trabalho, contrariando a essência da profissão. Urgente simplificar processos e uniformizar plataformas.

13. Valorizar a Monodocência

A falta de equidade entre os professores em monodocência e os restantes é evidente no Estatuto da Carreira Docente, especialmente em relação às horas de trabalho semanais e à concessão de redução de horas com base na idade.

14. Docentes de Informática - grupo 550

O SIPE considera imperativo tomada de medidas que garanta condições adequadas de trabalho e do pleno exercício de funções pedagógicas, para os docentes de todos os grupos de recrutamento.

O Grupo 550 é particularmente fustigado na medida em que, muitos deles, lecionam 50 minutos por turma, por semana, o que implica uma quantidade absurda de turmas, alunos e reuniões.

Neste sentido é urgente quer o desdobramento, quer a redução do número de turmas e de níveis de ensino, a par com o aumento da carga curricular adequada para o desenvolvimento das competências digitais dos alunos.

Alertamos também que é fundamental que o tempo dos professores seja prioritariamente dedicado às suas funções pedagógicas. Exigimos que a distribuição de serviço tenha em consideração apenas atividades relacionadas com o ensino, planificação de aulas, avaliação de atividades e outras tarefas pedagógicas, garantindo assim a qualidade do ensino oferecido.

15. Fim das ultrapassagens entre docentes

A publicação da portaria n.º 119/2018, de 4 maio, veio regulamentar o reposicionamento na carreira dos docentes que vincularam ente 2011 e 2017. Embora totalmente justo e correto, os posicionamentos desses docentes provocaram ultrapassagens na carreira com consequências salariais muito gravosas para os professores e educadores que ingressaram em data anterior.

Para combater esta injustiça, o SIPE:

- a) Fez queixa à Provedora da Justiça; [QUEIXA À PROVIDORA DE JUSTIÇA](#)
- b) Intentou milhares de processos nos Tribunais Administrativos e Fiscais
- c) Realizou uma petição n.º 321/XIV/3.ª que foi debatida em plenário na Assembleia da República [debate na comissão de educação - vídeo](#)

Pelo exposto o SIPE solicita a abertura de um processo de negociação para cumprir a igualdade constitucional no trabalho e repor a justiça constitucional em que a trabalho igual corresponda salário igual.

16. Ultrapassagens entre docentes contratados e docentes do Quadro – em anexo enviamos um Parecer feito pelo Departamento Jurídico do SIPE

Solicitamos correção das injustas desigualdades causadas pelo Ministério da Educação, na progressão da carreira dos docentes dos quadros, em relação aos docentes contratados isto porque os docentes contratados, que cumulativamente, cumpram todos os requisitos legais para a progressão, previstos, transitam ao nível remuneratório seguinte, até ao 3º escalão, índice 205 com efeitos remuneratórios à data do cumprimento do último requisito, enquanto os docentes do quadro terão de esperar pela reunião da SAAD,

perdendo todo o tempo que medeia o cumprimento do requisito e a referida reunião de avaliação.

17. Mestrados e doutoramentos

Todos os mestrados e doutoramentos na área da educação e/ou na área do grupo de recrutamento para o qual tenham habilitações profissionais, independentemente do grupo onde estão a lecionar deverão conferir a redução no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte, prevista no artigo 54º do ECD.

18. Alteração ao Modelo de Gestão Escolar

O SIPE defende um modelo que se baseie no envolvimento de todos os educadores/professores e comunidade educativa nos processos de decisão. A eleição dos diretores deverá ser feita, sobretudo, pelos seus pares, promovendo, assim, participação ativa dos professores na seleção dos seus órgãos diretivos.

19. Investir na formação inicial e formação contínua de professores.

Através da aposta nos cursos de formação inicial com forte componente pedagógica e científica sempre com acompanhamento adequado. Atribuição de bolsas aos melhores alunos para a carreira de professor. Proporcionar um plano de formação contínua, ao longo da vida, gratuita, que permita a partilha de experiências e alterações de prática pedagógica.

20. Fim da norma travão

Vinculação automática ao fim de três anos de tempo serviço, independentemente de qualquer outro requisito

ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

A Escola Pública de qualidade é ou deverá ser de TODOS e para TODOS. A promoção da igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens deverá ser uma prioridade para todos os Governos.

Como amplamente reconhecido, existe uma correlação entre abandono escolar, insucesso académico e desigualdade social. No entanto a Escola não pode ser o lugar de resolução de todos os problemas da sociedade. A escola tem de ser um espaço multifacetado de aprendizagem em todas as suas dimensões promovendo e facilitando diversas possibilidades e percursos.

António Nóvoa, defende (Educação 2021: Para uma história do futuro) **uma Escola Centrada na Aprendizagem através da** “Abertura de novas perspetivas que coloquem a aprendizagem, em toda a sua riqueza, no centro das nossas preocupações” e acrescenta ... *“Para que a aprendizagem possa ter lugar a escola terá de cumprir, escusado será dizer, algumas missões sociais e assistenciais. Os dramas da miséria, da fome, dos maus-tratos, da gravidez precoce ou do consumo de drogas, entre tantos outros, impossibilitam um projeto educativo coerente. Mas assumir estas tarefas, provisoriamente, por imperativo ético, não é a mesma coisa do que defini-las como missões primordiais da escola, e este tem sido o erro maior da escola transbordante.”*

São, pois, extremamente importantes a implementação de políticas, educativas, sociais, e outras de forma a resolverem os graves problemas que afetam a sociedade num Todo, deixando o espaço/ lugar/ tempo da Escola para a Escola cumprir a sua verdadeira e imensurável missão.

1. Diminuição da taxa de abandono precoce.

Há mais abandono escolar, relativamente a 2023. Aumentou de 6,5% para 8%.

Este aumento é preocupante devendo, portanto, ser implementadas políticas educativas estratégicas de forma integrada, envolvendo toda a comunidade educativa para alcançar resultados significativos na redução do abandono escolar.

2. Insucesso Escolar – resultados PISA

Como é do conhecimento geral, os resultados do PISA 2022 demonstraram uma grande descida em literacia matemática e de leitura (- 21 pontos e -15 pontos, respetivamente) evidenciando a necessidade urgente numa aposta em estratégias de recuperação.

3. Condições de Trabalho

A criação de condições de trabalho implica uma abordagem multifacetada, reconhecendo sempre a unicidade e diversidade de cada escola e comunidade, adaptando/acrescentando essas condições às necessidades específicas de cada contexto escolar.

Salientamos a necessidade de um maior investimento nas infraestruturas escolares, no pleno acesso à tecnologia e recursos digitais, na importância do reconhecimento e autonomia profissional, suporte e recursos adequados e num ambiente de trabalho seguro e saudável.

Por fim é imprescindível colocar um número limite de alunos, níveis e turmas por professor.

4. Os currículos deverão ser uniformizados

5. A Escola a Tempo Inteiro deveria possuir dois professores por turma, à semelhança do que acontece na Região Autónoma da Madeira. Metade dos professores enquadram as atividades letivas e outra metade as atividades de enriquecimento e Ocupação de Tempos Livres. Deveriam ser criados espaços para Tecnologias de Informação e Comunicação, Biblioteca, Estudo, Inglês, Música, Desporto e Artes Plásticas, entre outros .

Porto, 18 de abril de 2024

Pela Direção